

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

Requerimento 06/2025: Informações sobre adesão e utilização do Consórcio CIMINAS (Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto Paranaíba).

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Carmo do Paranaíba-MG, Lucas da Silva Mendes,

O Vereador Luís Ricardo de Oliveira Dias, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento na Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) e na Constituição Federal, requer a Vossa Excelência que sejam prestadas as seguintes informações relativas à adesão e utilização do Consórcio CIMINAS (Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Microrregião do Alto Paranaíba), considerando a importância da transparência, da economicidade e do respeito à legalidade na administração pública:

- 1. Qual foi o critério técnico que justificou a adesão ao consórcio CIMINAS para prestação de serviços e locação de equipamentos?
- 2. Quais foram os parâmetros utilizados para comparar os preços praticados pelo consórcio CIMINAS com os do mercado regional?
- 3. Há registros de orçamentos prévios obtidos com empresas locais ou regionais antes da adesão ao consórcio CIMINAS?
- 4. Qual o valor total já gasto com o consórcio CIMINAS desde o início da parceria até a presente data?
- 5. Quantas contratações diretas foram feitas via inexigibilidade com o consórcio CIMINAS?
- 6. Qual o valor estimado que ainda será gasto com CIMINAS até o final do exercício?
- 7. Quais os objetos ou serviços já executados por meio do consórcio e em quais localidades do município?
- 8. A Prefeitura possui parecer técnico ou jurídico recomendando a adesão à ata de registro de preços do consórcio CIMINAS?
- 9. Houve consulta ao Tribunal de Contas do Estado antes da adesão?10. Quantos processos de contratação com dispensa ou inexigibilidade foram realizados com base em atas do CIMINAS?

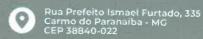






- 11. Quais secretarias municipais foram responsáveis pela solicitação dos serviços prestados pelo consórcio?
- 12. Existem documentos de planejamento prévio que justificam a real necessidade dos serviços contratados?
- 13. Alguma empresa integrante do consórcio CIMINAS já prestou serviços anteriormente ao município de forma direta?
- 14. Os valores pagos pelos serviços de locação de máquinas estão de acordo com as tabelas oficiais ou de mercado?
- 15. Há notas fiscais emitidas discriminando por hora trabalhada ou por quantidade de serviço executado?
- 16. Há laudos ou relatórios técnicos atestando a efetiva prestação dos serviços por parte do consórcio?
- 17. Qual o responsável técnico do município pelo acompanhamento e fiscalização desses contratos?
- 18. A Prefeitura realizou pesquisa de preços antes de contratar via ata de registro de preços do consórcio?
- 19. Em algum momento o consórcio foi acionado judicialmente por outros municípios por sobrepreço ou má prestação de serviços?
- 20. Qual a justificativa para não realizar licitação direta com fornecedores locais ou regionais?
- 21. Qual a periodicidade da revisão dos contratos com o consórcio?
- 22. Existe previsão contratual de reajuste nos valores dos serviços prestados? E esses reajustes foram aplicados?
- 23. O município recebeu alguma recomendação de órgãos de controle para utilizar o consórcio CIMINAS?
- 24. O consórcio CIMINAS possui sede física e estrutura compatível com o volume de serviços contratados?
- 25. Qual a diferença de preço entre o valor médio de mercado e o valor praticado pelo consórcio nos últimos serviços executados?
- 26. Quantos fornecedores locais participaram de processos licitatórios nos últimos dois anos?







00

- 27. Qual o percentual do orçamento municipal anual foi comprometido com contratações via CIMINAS?
- 28. Em relação à economicidade, qual estudo foi feito que comprova ser vantajosa a contratação por consórcio?
- 29. Houve alguma recomendação expressa da Controladoria Interna ou da Procuradoria Municipal sobre os riscos de aderir às atas?
- 30. Por fim, qual a real vantagem prática, financeira e técnica que o prefeito identifica em continuar utilizando os serviços do consórcio CIMINAS?
- 31. A Controladoria Interna emitiu parecer favorável à adesão ou contratação por meio do consórcio CIMINAS? Em caso positivo, favor anexar cópia.
- 32. A Procuradoria Jurídica do Município foi consultada formalmente antes da adesão à ata de registro de preços do consórcio?
- 33. Se não houve parecer da Controladoria ou da Procuradoria, qual a justificativa para a ausência desses documentos essenciais?
- 34. Existem registros em atas, despachos ou e-mails que comprovem ciência da Controladoria ou da Procuradoria sobre as contratações com o CIMINAS?
- 35. Quais os nomes dos responsáveis técnicos, jurídicos ou administrativos que validaram a contratação sem os devidos pareceres, se for o caso?

Solicita-se que as informações sejam fornecidas no prazo estabelecido pela legislação vigente, preferencialmente em meio digital, e que, caso haja sigilo em alguma das informações solicitadas, seja apresentada a devida justificativa legal.

Nestes termos, pede deferimento.

Carmo do Paranaíba, 09 de abril de 2025.

Luís Ricardo de Oliveira Dias Vereador PODE





